

Introdução ao texto "Campinas integra a Rede Mercocidades"

4

Devido à perda de Toninho, prefeito municipal de Campinas, o discurso abaixo se tornou o último que, enquanto assessor para assuntos da RMC, tive o privilégio de escrever com ele. Toninho se pronunciou como Prefeito Municipal de Campinas e como Arquiteto-Urbanista para realçar a posição desta cidade na construção da mais nova região metropolitana do país, a RMC. Procurou, ainda, explicitar porque considerava estratégico para esta municipalidade participar ativamente no Conselho de Desenvolvimento da RMC.

Enquanto prefeito da cidade, epicentro da RMC, Toninho se posicionava sempre como o maior interessado no sucesso desta região. De um lado, porque compreendia que tudo o que ocorre ou vier a ocorrer em Campinas influencia ou influenciará os demais municípios de diferentes formas e intensidades. De outro, porque a solução de questões análogas em regiões conurbadas exige a busca de unidade suprapartidária e o esforço de cooperação multilateral entre prefeitos e o governo do Estado de São Paulo para buscar consistência e inovação em torno de uma gestão estrategicamente planejada. O intuito é de promover desenvolvimento econômico e urbano regional compatível com a caracterização e a estrutura da rede de cidades da RMC, visando aprofundar potencialidades locais e compensar dificuldades diante das especificidades de cada município.

Enquanto Arquiteto-Urbanista, Toninho foi o primeiro prefeito, entre os 19 que integram a RMC, a inscrever uma cidade na Rede Mercocidades. Trata-se de repensar o conceito tradicional de metrópole e o papel das grandes cidades, para contextualizar a RMC diante das mudanças contemporâneas (países reunidos em blocos econômicos, mercado mundial de capitais, reestruturação econômica comandada pelas empresas transnacionais e novos critérios de localização industrial).

Desse modo, Toninho pretendia construir mais um caminho para projetar Campinas no cenário internacional e também buscar subsídios para a elaboração do projeto da cidade que queremos, sempre o relacionando com uma inserção ativa na RMC. Além de intervenções arquitetônicas e urbanísticas, a interferência pública no espaço urbano envolve vontade política de democratizar o acesso e o uso de equipamentos e espaços públicos: I) para que o centro da cidade seja revitalizado para tornar-se centro metropolitano de convivência humanizada, onde o "Antigo-Novo" Palácio dos Azulejos, as atividades do complexo ferroviário da Fepasa e suas novas relações com o sistema viário de Campinas devem exercer papéis importantes; e II) para que nos bairros da periferia possamos ter novos centros próximos da população local por meio do maior aproveitamento, econômico, social e cultural, dos novos e antigos, espaços e equipamentos públicos como, por exemplo, escolas abertas aos fins-de-semana e maior integração entre famílias, postos de saúde e segurança pública.

Josmar Cappa

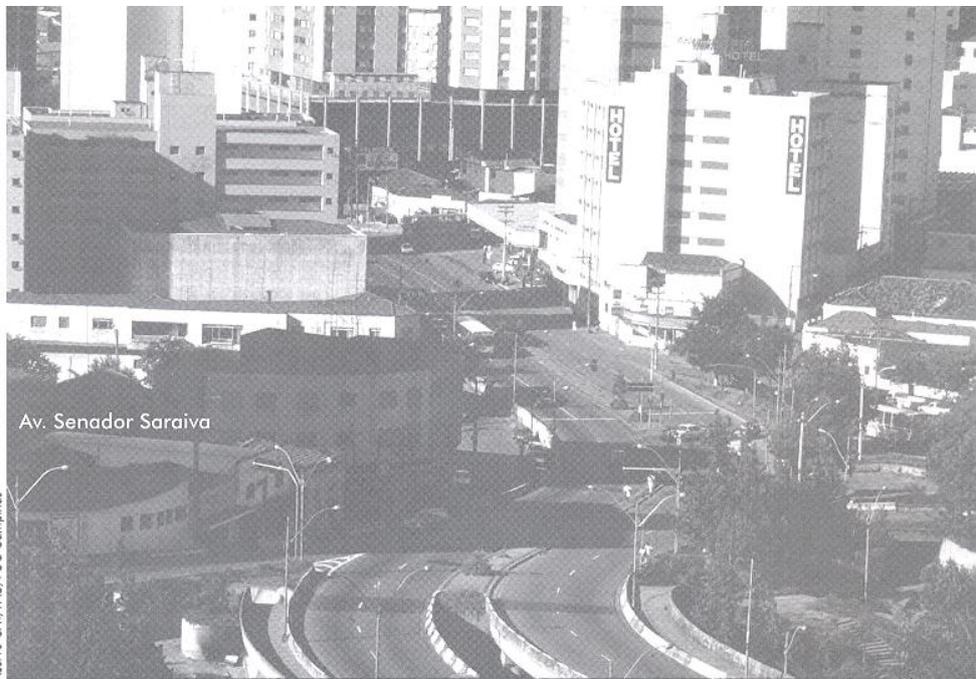
Doutor em Economia pela Unicamp. Professor Titular na FACECA da PUC - Campinas. É Suplente da Prefeita Izalene Tiene no Conselho de Desenvolvimento da RMC.



Campinas integra a **Rede Mercocidades**

Entre os dias 3 e 4 de setembro de 2001, o Prefeito Municipal de Campinas esteve na cidade Valparaíso, no Chile, para participar da 7ª Assembléia Geral da Rede Mercocidades, quando assinou o termo de compromisso para Campinas integrá-la. Essa rede é formada por cidades de países integrantes do Mercosul há seis anos, sendo que existe a possibilidade de integração com municípios de outros países latino-americanos.

Com essa nova iniciativa, também pioneira na RMC, o governo de Campinas continua trabalhando, como vem fazendo desde o início deste ano, para o sucesso dessa região. Essa disposição vem sendo buscada por meio de ações suprapartidárias e intermunicipais para trocar disputas políticas e formar consenso para o sucesso da RMC. Preconiza-se também a cooperação multilateral entre os 19 prefeitos e o governo do Estado de São Paulo para permitir consistência e inovação na definição de uma política de desenvolvimento econômico e urbano regional.



Nesse sentido, o governo de Campinas: I) firmou convênio com a Fecamp para elaborar, inclusive, análise econômica-financeira do potencial de desenvolvimento da RMC, que ajudará na construção de planejamento estratégico; e II) promoveu em 24-08-01 um ato público suprapartidário e intermunicipal contra a perda de titularidade municipal sobre saneamento ambiental e pela maior liberação de recursos da União, do Estado, do BNDES e da Caixa Econômica Federal para expandir as obras de tratamento de esgoto, destacando o Rio Atibaia e as Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.

A participação de Campinas na Rede Mercocidades significa outra atitude para repensar o conceito tradicional de metrópole e o papel das grandes cidades em áreas de conurbação e com interdependência de problemas socioeconômicos complexos.

O objetivo da Rede Mercocidades é impulsionar a cooperação multilateral entre prefeitos nas soluções de problemas análogos. Pretende ajudar na definição de estratégias de desenvolvimento econômico e urbano que promovam a integração entre cidades latino-americanas, preservando-se a autonomia e a identidade de cada uma delas diante dos blocos econômicos, especialmente Nafta, Mercosul e Alca, e das negociações recentes entre Mercosul e Bloco Europeu.

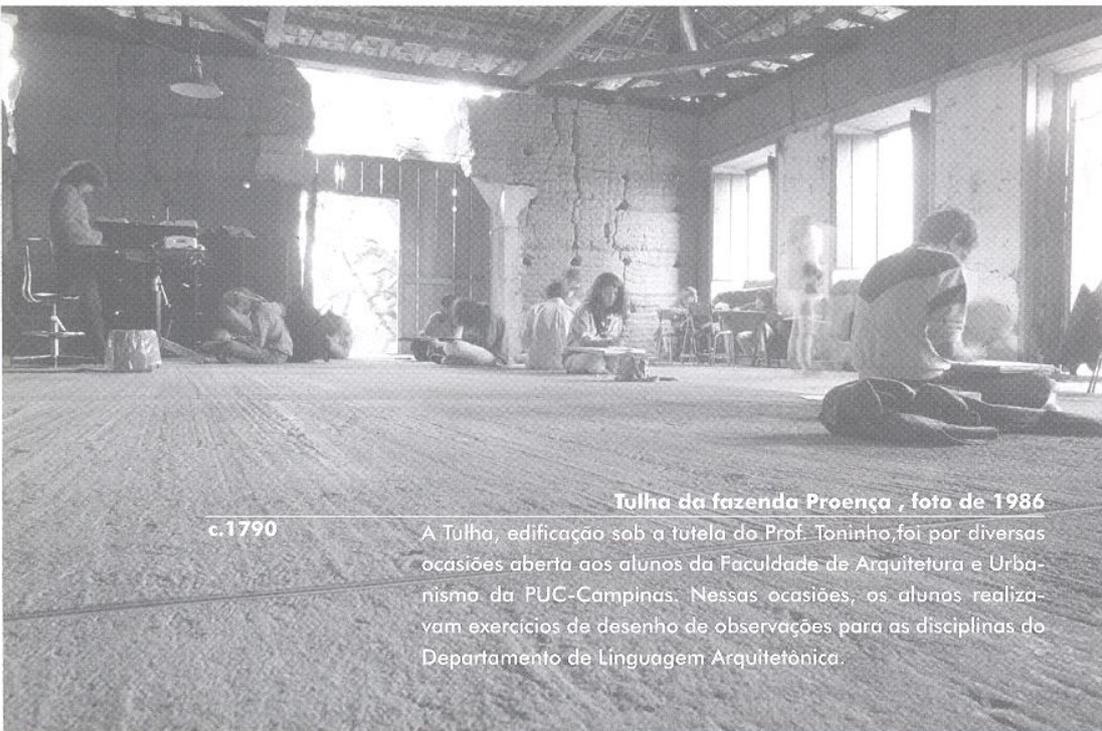
Esses contextos econômico e institucional, sobre os quais se buscam implementar políticas de desenvolvimento econômico e urbano regional, exigem novos paradigmas de gestão urbana que considerem, por exemplo, novas funções na prestação de serviços, novas demandas por infra-estrutura urbana, novas competências relacionadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e novas formas de inserção das cidades no âmbito regional e internacional.

A concepção tradicional de metrópole, que tem nas grandes cidades o centro polarizador e irradiador do desenvolvimento econômico e da organização do espaço urbano, não foi suficiente para resolver problemas semelhantes aos vividos hoje em nossa região, sobretudo diante da introdução de novas tecnologias no padrão de industrialização da Segunda Revolução Industrial, acompanhadas por mudanças contemporâneas (países reunidos em blocos econômicos e mercado mundial de capitais).

Por isso, a produção industrial tornou-se mais fragmentada e permitiu novas formas de organização do espaço, ultrapassando os limítrofes de países, metrópoles e grandes cidades, possibilitando o crescimento dos setores de serviço e de comércio. Assim, houve modificações nos papéis das grandes cidades e na gestão de política urbana em regiões metropolitanas, como também nos critérios de localização industrial, porque decisões empresariais podem ser tomadas em bolsas de valores de países hegemônicos do capitalismo.

Essas razões justificam a substituição de disputas políticas e ações isoladas de prefeitos pela cooperação multilateral para criar as melhores alternativas técnicas, socioeconômicas e ambientais consubstanciadas num planejamento estratégico, considerando-se que, embora cada cidade tenha seus principais problemas, alguns são comuns aos vários municípios e permitem ações compartilhadas por meio de uma política de desenvolvimento econômico e urbano regional.

A cooperação multilateral deve contar ainda com especialistas em diferentes áreas da ciência e com ampla participação da sociedade civil organizada nas câmaras temáticas, que serão constituídas pelo Conselho de Desenvolvimento da RMC de forma interdisciplinar para subsidiar na definição de estratégias de desenvolvimento.



Tulha da fazenda Proença, foto de 1986

c.1790

A Tulha, edificação sob a tutela do Prof. Toninho, foi por diversas ocasiões aberta aos alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas. Nessas ocasiões, os alunos realizavam exercícios de desenho de observações para as disciplinas do Departamento de Linguagem Arquitetônica.

A política de desenvolvimento econômico e urbano regional deve ser compatível com a caracterização e a estrutura da rede de cidades da RMC, visando: I) aprofundar o potencial local de desenvolvimento e compensar dificuldades diante das especificidades de cada município; II) transformar a infra-estrutura existente para corrigir distorções da ocupação e uso do solo urbano desordenados e redistribuir no espaço, de forma racional, a localização e o funcionamento da produção, comércio e serviços; e III) captar recursos federais, estaduais e internacionais para viabilizar projetos e concretizar soluções compartilhadas por meio de parcerias e consórcios intermunicipais, bilaterais ou multilaterais.

Esta disposição responsável de consolidar a RMC com sucesso foi reafirmada com a integração de Campinas na Rede Mercocidades. Essa iniciativa contrasta com as disputas políticas pelo comando do Conselho de Desenvolvimento entre parte dos prefeitos e, também, à posição pública do Governo do Estado de São Paulo sobre a criação da Autarquia e do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, que será essencial para implementar o planejamento estratégico. A disputa política é uma forma limitada de tratar a RMC, principalmente, considerando-se que a Lei 870, que a criou, não contempla os novos papéis das cidades em regiões metrópoles diante das mudanças no mundo contemporâneo.

Considere-se ainda a grave situação do poder público no país diante da instabilidade econômica dos anos 80 e da política neoliberal nos anos 90. Na RMC, seus efeitos foram: dívidas elevadas, sendo a de Campinas a maior da região (cerca de R\$ 1,6 bilhões); fragilização das políticas públicas e das condições de manutenção do espaço urbano; dissimulação da guerra fiscal, que permitiu evasão de recursos sem diminuir o desemprego; e privatizações do sistema ferroviário; dos serviços de manutenção das rodovias, resultando na multiplicação de praças de pedágios, que foram majorados; e dos serviços de distribuição de energia, que passa por uma crise devido à redução de investimentos públicos para ampliar a geração.

Por tudo isso, o governo de Campinas sugeriu consenso em torno de uma terceira candidatura, que não, necessariamente, deva ser a do prefeito de Campinas, mas pode ser a de um representante do Governo do Estado de São Paulo no Conselho de Desenvolvimento. Neste momento, significa uma forma de trocar disputa política pela concepção suprapartidária e intermunicipal, fundamentais para consolidar a RMC.

Com a terceira candidatura, concordaram publicamente representantes do governo do Estado de São Paulo no Conselho de Desenvolvimento e o Presidente da Câmara Municipal de Campinas. É uma forma responsável de colocar a RMC acima de qualquer disputa política ou interesse eleitoral para permitir seu sucesso no futuro.

**Antonio da Costa Santos foi
Prefeito Municipal de Campinas**